

A ética nas relações públicas e a responsabilidade social nas organizações contemporâneas: uma breve reflexão¹

Liliane Pinto COSTA²

André Luís Cardoso TROPIANO³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

O presente ensaio propõe algumas reflexões a respeito do que se compreende por ética nas atividades de relações públicas. O trabalho concentra-se em ponderar o conceito de ética ao longo da evolução do pensamento humano e, sobretudo, de que forma se estabelece nos processos comunicacionais. Além de discutir, através de alguns exemplos de dilemas e questões, como esta concepção conflui com as atividades relacionadas às relações públicas e a responsabilidade social das organizações contemporâneas. Por fim, propõe-se a percepção da profissão a partir de aspectos críticos que se distanciam da lógica capitalista e vinculam uma visão humanizada da prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: relações públicas; comunicação organizacional; ética; responsabilidade social; pensamento decolonial.

INTRODUÇÃO

A natureza social e política do homem aprofundou, ao longo da história do pensamento humano, reflexões acerca das questões éticas, que envolvem concepções de bem-estar. De origem grega, *ethos*, que em tradução livre designa o “costume”, ou o “modo de ser”, o conceito, que na Antiguidade se inseria nas idealizações da filosofia

¹ Trabalho apresentado no IJ03-Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduanda do Curso de Relações Públicas da FIC-UFAM, e-mail: costa.p.liliane@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Relações Públicas da FIC-UFAM, e-mail: atropiano@campus.fesh.unl.pt

do povo grego, envolve, na contemporaneidade, às questões relacionadas aos processos comunicativos e, conseqüentemente, as relações públicas

A ética nas relações públicas e a responsabilidade nas organizações são temáticas que possuem relevância na contemporaneidade. Isto pois, sua importância se dá ao passo em que se compreende que as organizações possuem através de seu poder decisório, a capacidade de “afetar o cotidiano da sociedade, modificando o ambiente onde estão localizadas”. (FUENTE; REIS, 2017, p.9) Desta forma, realiza-se uma breve reflexão sobre a Ética e a Responsabilidade Social a partir da perspectiva das Relações Públicas e como estas concepções se aplicam na prática da profissão.

O ensaio estrutura-se em três partes. Na primeira parte, realiza-se a elucidação de algumas concepções sobre ética ao longo da história do pensamento humano, relacionando-as, especialmente, aos processos de comunicação. Na segunda parte, serão aprofundados os conceitos de ética e responsabilidade social nas relações públicas, a partir da observação crítica de casos recentemente repercutidos nas mídias sociais. Por fim, a terceira parte dedica-se à proposição do pensamento ético através de uma práxis decolonial, de forma que a prática se estabeleça a partir de uma visão mais humanizada. O presente artigo é fruto do trabalho final da disciplina de Legislação e Ética em Relações Públicas, do curso de Relações Públicas, da Universidade Federal do Amazonas, consolidando reflexões sobre a ética e a responsabilidade social.

AFINAL, O QUE É ÉTICA?

Sabemos que a ética se trata de um princípio fundamental na formação social de qualquer indivíduo. Apesar de sua importância, sabemos também que se trata de uma concepção complexa e que ao longo da história do pensamento humano fora constantemente objeto de estudo e reflexão.

De origem grega, a palavra *ethos* significa o “modo de ser”, ou o “costume”. E desde a Antiguidade, a Ética insere-se no cerne da filosofia grega. Para Platão, a Ética transcende o mundo físico e está vinculada à ideia de justiça, de verdade e sobretudo à “ideia de Bem.”

A ética platônica visa como fim último, a felicidade. No seu cerne está a “ideia de Bem” ou o “sumo Bem”, ou seja, a forma perfeita, essencial, eterna e

imutável do Bem, que deveria ser alcançada no Mundo das Ideias mediante o uso da razão e da dialética. (PLATÃO, 2008, *apud* BREVIGLIERI s/d, p. 5)

Para o filósofo, as *ideas* são valores. Portanto, a “*idea* de Bem” pode ser entendida como o valor moral. Na *República* platônica, a Ética corresponde às ações políticas nas cidades-Estado.

Já na Modernidade, a Razão se torna central na discussão filosófica. Neste ponto, Kant fundamenta a Ética a partir da Razão humana. Na ética kantiana as ações humanas são constituídas no dever e, portanto, baseados na deontologia, ou seja, “fundado nas normas e nos deveres de uma ação considerada em si mesma” (BREVIGLIERI, s/d, p. 15)

Kant desenvolveu o que conhecemos por Imperativo Categórico, um dos seus principais conceitos para analisar as ações e condutas humanas, como o dever moral que abrange a todos os indivíduos. Neste conceito, as ações humanas possuem finalidades em si mesmas, ou seja, os objetivos ou interesses próprios não se justificam nas ações; relaciona-se um querer a uma vontade advinda da razão. Sendo então “condição de possibilidade para que possamos atribuir a um ser racional e sensível uma vontade e, com ela, razão prática.” (HERRERO, 2001, p.28)

Na contemporaneidade, observamos a ênfase da linguagem e o uso desta no pensamento filosófico. Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, membro da Escola de Frankfurt, analisa a comunicação como um fator importante para a Ética do discurso, na qual “a racionalidade e a argumentação deveriam guiar os seres humanos no processo de decisão daquilo que faz sentido e daquilo que aceitam como correto para suas vidas.” (SELLA; MÜLLER, 2011, p. 182)

Conforme Habermas, a Ética do Discurso tem como pressupostos a comunicação e o diálogo para que a Razão a partir de um consenso seja alcançada, ou seja a Razão Comunicativa. Em outros termos, a validação das normas que orientam os grupos sociais surge a partir de uma questão conflituosa, onde os indivíduos divergem uns dos outros, por exemplo. Esta questão, por sua vez, levará esses indivíduos a discutirem suas divergências através do diálogo e conseqüentemente através de um entendimento mútuo, chega-se ao consenso, este consenso estabelece a Razão Comunicativa.

No Agir Comunicativo e na Ética do Discurso de Habermas a comunicação gera o mútuo entendimento entre os pares através da linguagem. Conforme Gagliardi e

Boufleuer (2005, p. 10), Habermas compreende que as idealizações dos discursos “estão apoiadas no parâmetro da crítica, sua evolução se dá em mantermos critérios com base na verdade e na ética, possibilitando avançarmos linguística e comunicativamente.”.

A teoria do Agir Comunicativo e a Ética do Discurso de Habermas possuem forte impacto na área de Comunicação e nas Relações Públicas. Afinal, se tratando de um pensamento que envolve, sobretudo, a interação e o entendimento entre indivíduos, abarca também algumas questões fundamentais nestas áreas de conhecimento.

Os processos comunicacionais, estabelecidos através da linguagem, que envolvem questões ético-morais são constituídos a partir de três perspectivas intersubjetivas que orientam as práticas de interações entre indivíduos cotidianamente. Conforme Ângela Marques (2009), esses processos pressupõem a troca argumentativa alicerçada no ampliamto de percepções particulares através da consideração da perspectiva do “outro”; na busca da autorrealização dos indivíduos através do reconhecimento social recíproco; e, por fim, na produção, por meio de representações midiáticas, que fomentam e estimulam sentimentos morais direcionados para o “outro”, atuando não apenas na constituição de identidades subjetivas, mas, sobretudo no constante desenvolvimento de ideias que envolvem o reconhecimento de narrativas e identidades distintas e plurais.

A luta por reconhecimento, além de ser um processo de aprendizagem social é, no contexto mediático, um potencializador de demandas por inclusão de identidades desvalorizadas e tidas como “desviantes” de um padrão normativo amplamente aceito. (MARQUES, 2009, p. 63)

Nesse contexto, a ética discursiva conecta percepções éticas subjetivas, por meio do uso racional da linguagem, da discussão independente de coerções de quaisquer naturezas, às questões do ponto de vista moral, ou seja, dos interesses e necessidades daqueles que constituem a sociedade. Marques (2009) propõe que a relação entre as perspectivas ético-morais que envolvem os processos de comunicação sejam estabelecidas a partir da reformulação dos vínculos intersubjetivos, de forma que a resolução de conflitos possa unificar e atender às demandas coletivas sem que as diferenças e particularidades dos sujeitos sejam suprimidas.

A ÉTICA NAS RELAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

As sociedades contemporâneas experimentam mudanças sociais, econômicas e políticas cada vez mais constantes. Observamos, por exemplo, que o uso das tecnologias de informação e comunicação se tornou primordial para a realização de atividades cotidianas como a execução de transações financeiras através das plataformas *fintech*, ou o uso frequente de redes sociais como forma de interação entre os indivíduos, tornando-os mais conscientes dos seus direitos e deveres e mais envolvidos nas questões que cercam sua realidade.

Diante dessas perspectivas, a Ética deixa de ser uma questão refletida apenas na filosofia e passa a ter enfoque em outras áreas do conhecimento. A Comunicação e especialmente, as Relações Públicas exercem um papel de destaque em meio a esses novos cenários. Isto pois, consoante Gonçalves:

O fato dos profissionais de comunicação, e de RP em especial, terem um enorme poder na construção da opinião pública é razão, mais do que óbvia, para tornar estas questões interessantes. E apesar do grau deste poder ser alvo de várias interpretações é consensual afirmar que a comunicação política, a comunicação corporativa, a comunicação financeira ou as estratégias de lobby contribuem, sem sombra de dúvida, para dar forma à sociedade contemporânea. (GONÇALVES, 2007, p. 6)

Especialmente no Brasil, o papel de destaque e reconhecimento público da profissão de relações públicas traz imensa responsabilidade para sua atuação. Mesmo que ainda não possua o reconhecimento da opinião pública esperado pela classe, ela figura como a única profissão regulamentada da área de comunicação, disciplinada pela Lei nº 5.377, de dezembro de 1967, e regulamentada pelo Decreto nº 63.283, de setembro de 1968.

Sobre a deontologia do profissional de RP, Clóvis de Barros Filho (2004) apresenta uma pesquisa em que identifica um discurso moral dos profissionais e sua relação com o Código de Ética. A partir dos resultados, reflete-se sobre esta categoria através dos discursos dos entrevistados: a transparência é a temática constantemente referenciada pelos profissionais quando se trata de seu ofício, ou seja, de como deve ser pautada a conduta profissional de relações públicas. Entretanto, o autor considera que as relações não são naturalmente transparentes, pois estruturam-se em espaços sociais -

como as empresas, por exemplo - que por sua vez, suscitam conflitos de desejos, ou interesses próprios.

Assim, toda empresa é mais do que simplesmente um espaço funcional de produção de bens ou de prestação de serviços. É também um espaço de conflito. Seus integrantes não querem, necessariamente, ao agir, atingir objetivos comuns. Não lutam pela eficácia do sistema, mas pela satisfação de seus próprios apetites. Sem atos interessados não haveria troféus, nem campos sociais. (FILHO, 2004, p. 103)

A partir destas reflexões, Filho (2004) afirma, portanto, que o discurso sobre a transparência no contexto das organizações concerne uma questão conflituosa em razão da confiança em sua possibilidade e em sua crença como um valor inerente. A ilusão da garantia de circulação e difusão de informações irrestritamente, na qual muitos profissionais de RP creditam seus ofícios, determina além da norma deontológica e do discurso identitário destes profissionais, a adesão de dogmas e crenças fundamentais, “a *illusio* garante a reprodução do óbvio enquanto objetos dignos de luta e quanto limites práticos morais para alcançá-los” (FILHO, 2004, p. 110)

Considerando a natureza conflituosa que constitui as relações sociais, o profissional de relações públicas direciona suas ações de modo que os interesses de um dos lados desta relação sejam atendidos. Ou seja, posiciona-se ao lado das organizações, afinal, a partir delas, são obtidos os seus proventos. Desta forma, percebemos que o valor da transparência e livre circulação das informações, considerado unânime entre os profissionais, em muitos casos, não pode ser aplicado em sua práxis.

Desse modo, emergem questões críticas no cerne da atividade profissional de RP. De que maneira o profissional pode conciliar este conflito entre os interesses particulares das organizações e o desempenho de valores, como a transparência, diante das demandas coletivas, pertencentes ao interesse público?

Nesse contexto, a ética, por meio da comunicação dialógica com os diversos públicos, se torna fundamental para que as organizações sejam valorizadas em um mercado cada vez mais competitivo. Seja através de políticas mais inclusivas, como o recente processo seletivo da Magalu⁴ para a admissão exclusiva de *trainees* negros - uma ação afirmativa que busca diminuir desigualdades raciais que infelizmente ainda estão presentes na realidade do país - ou por meio do fortalecimento de áreas que

⁴ catracalivre.com.br

promovem mais transparência em seus processos administrativos, como é o caso da Natura⁵, recentemente reconhecida como uma das empresas mais éticas do mundo, podemos perceber a forte presença das atividades executadas pelas relações públicas na gestão estratégica destas ações.

A partir disso, desponta também o tema da responsabilidade social, que está frequentemente relacionado à ética. Conforme Margarida Kunsch, “as organizações descobrem que sua missão não é apenas produzir e prestar serviços em função de um balanço contábil/econômico, mas que têm de pensar também no balanço social.” (2003, p. 133) Desse modo, observamos uma maior preocupação das organizações em se posicionar diante dos seus públicos de interesse. Torquato afirma que “o desafio de colocar mais ética no mundo dos negócios passa, necessariamente, pela preocupação com o consumidor.” (2015, p. 216)

A Responsabilidade Social nas organizações passa então a exercer uma função importante. A relação entre organização, públicos e sociedade deixa de ter enfoque apenas na geração e maximização do lucro e passa a ser vista a partir do compromisso destas organizações com o bem comum, com os interesses coletivos. As relações públicas atuam na conscientização das organizações sobre a responsabilidade com a sociedade, com o papel social que é executado por estas, permitindo que suas ações não as isolem no contexto social no qual estão inseridas. (KUNSCH, 2003)

Devemos refletir, sob a perspectiva da ética e da responsabilidade social, alguns dilemas e questões que se sucedem e se relacionam diretamente às relações públicas. Talvez uma das questões mais frequentes que ocorrem no contexto organizacional é o que Torquato (2015) denomina de dissonância cognitiva, na qual se tem um desacordo entre a imagem pública de uma organização e sua identidade, regida pelos valores éticos. Tomemos como exemplo uma empresa que se afirma diante da opinião pública como aliada a lutas que envolvem pautas de grupos minoritários contra a opressão de certos sistemas, ao mesmo tempo em que patrocina um programa televisivo (O POVO, 2021)⁶ que possui um discurso violento contra estas pautas, coloca toda a credibilidade desta organização em questão. O discurso se esvai e temos a sensação de que o interesse por trás de “ações inclusivas” é pautado exclusivamente como finalidade lucrativa.

⁵ www.natura.com.br

⁶ www.opovo.com.br

Esses desafios sugerem que como profissionais que realizam este processo de comunicação e relacionamento entre as organizações e seus públicos, devemos sempre nos posicionar atentos aos princípios éticos que regem as relações públicas, que por sua vez, originam-se a partir dos nossos princípios éticos como nas esferas individual e coletiva, afinal, a prática profissional age direta e indiretamente no contexto social.

RE-PENSAR A ÉTICA, DESCOLONIZAR A PRÁXIS

A partir dessas reflexões, há que se dar relevo às condições sociais e políticas do país na atualidade, em que se observa a necessidade de transformações estruturais na forma com que convivemos. Agir de maneira ética é fazer política, abrir espaços de diálogo e de transformação social. Nessa linha, o desenvolvimento do capitalismo global em sua face neoliberal traz ainda mais desafios para a sociedade em manter a condição humana. Os efeitos da globalização podem ser percebidos principalmente nas margens e periferias do mundo, a qual estamos inscritos.

A desigualdade que marca profundamente nossas relações sociais têm seus contornos acentuados por essa sociedade ocidentalizada que vive e se privilegia das marcas deixadas pelo genocídio dos povos indígenas e pela escravização de pessoas negras trazidas do continente africano. Nossa sociedade se defronta cotidianamente com o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que decompõe as instituições públicas, enfraquece a democracia e desfavorece a promoção de igualdade de oportunidades.

Essas marcas revelam as sociabilidades violentas que atravessam determinados corpos sociais, tais como negros, indígenas, mulheres, pobres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ entre outros grupos minorizados. Diante dessa conjuntura, cada vez mais latente e cheia de confrontos públicos, as organizações precisam se inserir nesse contexto, que não admite mais formas de opressão. Não há democracia sem justiça social, enquanto há pessoas são sub-humanizadas que não conseguem viver de maneira digna.

Colocando-se a partir do ponto de visão de sujeito implicado nessa realidade em que notadamente é colocada em prática uma necropolítica, uma política de morte (MBEMBE, 2018). Na esteira da necropolítica, não há um desprezo dos governos brasileiros e de grande parte das corporações aqui instauradas pela pobreza, mas pelo

sujeito negro e pobre. Assim se constroem nas mais variadas esferas, discursos que criminalizam o ser humano, invisibilizam a capacidade humana transformadora, criativa e fundamental para que possamos viver um presente e um futuro de bem-viver.

Nessa conjuntura social, política, econômica, cultural, a própria ciência tem tomado um caminho diferente, que não se coloca como remédio ou solução tópica, mas se dispõe a abrir ao diálogo e em relação com a sociedade pensar e refletir alternativas ao que tem se materializado como extermínio da existência humana. Uma das formas que se tornam prementes no debate social acerca da ética como con-viver, bem-viver é valorizar e adotar um pensamento decolonial, que subverta a lógica da exploração do capital pelos resultados de lucro para poucos.

Nesse sentido, o filósofo indígena Ailton Krenak (2019) é uma das vozes que ecoam por uma perspectiva de dias melhores, em que homens e mulheres possam conviver em harmonia com a natureza. A cooperação entre os povos, assumindo o rastro de destruição causado pelo que foi feito até hoje, alertando para solidariedade com os povos nativos nas diferentes regiões do mundo, deve ser premissa para o despertar e adiar a marcha fúnebre planetária.

Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. (KRENAK, 2019, p. 31)

A partir de Krenak, entendemos que a vulnerabilidade, a conscientização das limitações humanas em lidar com tamanhas atrocidades deve dar espaço ao bem-viver, a criatividade, a solidariedade, ao entendimento de que existem outras formas de vida que não contemplam o lucro, o mercado. Aceitar o outro, a diferença é criar espaços para a inventividade, para a descoberta e para a convivência harmoniosa e proveitosa do tempo limitado que vivemos na Terra. Ele também destaca que a sua preocupação não é com seu povo, que resistiu aos sucessivos genocídios ao longo da história, mas principalmente com o homem branco, que tem insistido num modelo de vida que destrói a todos.

A partir disso, reflete-se a importância de criar espaços e oportunidades para que pessoas subalternizadas falem e sejam ouvidos. Uma verdadeira inclusão deve parar a

política de silenciamento imposta ao longo dos séculos a determinados grupos, assegurando que o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) de subalternidade, deixam à mostra uma maneira de ser, pensar e dialogar com as práticas sociais e culturais sob um viés singular que fala, deixa falar e se faz ouvir. A diferença, o “outro” não deve ser visto, observado, utilizado como fetiche do mercado, da representação vazia de significação, mas entendidos em sua potência e oportunizando em comunidade que se faça uma plena existência humana.

Iniciativas profissionais que se colocam num espaço de disputa narrativa, que valoriza a cultura e a história afro-brasileira e indígena são fundamentais nesse processo de mudança de olhar. Podemos citar como exemplo, o coletivo RPretas (ROCHA, MORAES e GALVÃO, 2019), iniciativa de três mulheres negras relações-públicas, que atuam no empoderamento de artistas, negócios, influenciadores negros e periféricos por meio da comunicação. É uma forma de escrever e inscrever novas narrativas sob um olhar de si mesmo, levando a filosofia conhecida como “nós por nós”.

Dessa forma, reflete-se que a abertura à uma práxis ética da pessoa relações-públicas perpassa por uma nova forma de se inscrever na sociedade, não mais a serviço do capital (PERUZZO, 1986), em defender os interesses das organizações, desprezando a cultura, as formas de vida, o conviver. Ao descolonizar, é preciso olhar para o trabalho não mais como resultado produtivo, mas como fonte de enriquecimento cultural, social das comunidades. Essa forma de entender não deve estar restrita ou circunscrita às organizações do terceiro setor ou aos movimentos sociais, pois as empresas precisam assumir sua responsabilidade de maneira plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das reflexões sob a égide do que se entende por ética, abordamos algumas questões incorporadas aos aspectos que envolvem os processos comunicacionais. Além de relacioná-las aos desafios comuns da prática das Relações Públicas, que influenciam diretamente no contexto coletivo. Desta forma, considera-se a perspectiva crítica dos discursos que se referem aos ofícios profissionais e o entendimento da profissão distanciado da lógica capitalista, das sociedades neoliberais.

Pensar as Relações Públicas inseridas em práticas cidadãs que cumpram o seu papel com o interesse público se torna cada vez mais um debate central para profissionais, acadêmicos e pesquisadores. Em muitos momentos, esses profissionais se defrontam com dilemas e conflitos sobre o agir socialmente responsável, que muitas vezes coloca em xeque os interesses das organizações as quais representam. Refletimos, assim, que só poderemos construir uma realidade mais igualitária, se todos os cidadãos estiverem engajados na luta pelas transformações sociais.

Dessa forma, entendemos que é preciso pensar nas relações públicas, principalmente no Sul Global, a partir de uma visão decolonial e não apenas como um instrumento para que as organizações construam imagens positivas perante a opinião pública e, conseqüentemente, obtendo a maximização dos lucros e a manutenção das relações coloniais. Uma visão ética decolonial possibilita ao profissional construir o valor do entendimento entre as partes, ou seja, possibilita ao profissional de RP agir na construção de um cenário social em que os interesses coletivos sejam priorizados, em que o diálogo seja a ponte para uma nova realidade possível.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOUFLEUER, José Pedro; GAGLIARDI, André de Oliveira. Concepções e práticas em relações públicas: perspectivas de um agir comunicativo. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. XXVIII, 2005, Rio de Janeiro. Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 1-15
- BREVIGLIERI, Henrique. **Princípios básicos da ética.** S/d. p. 1-28.
- CORTELLA, Mário Sérgio; FILHO, Clóvis de Barros. **Ética e vergonha na cara.** Campinas: Papyrus, 2015.
- FILHO, Clóvis de Barros. Anulação do desejo na moral da transparência: um ensaio sobre ética nas relações públicas. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v.1, n. 1, p. 100-116, São Paulo, maio-2004.
- FUENTE, A. M. L.; REIS, J. C. O papel estratégico da Comunicação na construção e manutenção da reputação organizacional: uma proposta de alinhamento entre organizações e públicos. *In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. XI, 2017, Belo Horizonte, Anais...* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 1-15.
- GONÇALVES, Gisela Marques Pereira. Ética das relações públicas. A falta de responsabilidade social nos Códigos Éticos de Relações Públicas. *In: Congresso da International Association for Media and Communication Research. IX, 2007, Paris. Anais...* Paris, p. 1-29.

HAPVIDA suspende patrocínio de Sikêra Jr. Por homofobia. **O Povo**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/06/28/hapvida-suspende-patrocínio-a-sikera-jr--por-homofobia.html> Acesso em: 10 de ago, de 2021.

HERRERO, F. Javier. A Ética de Kant. *In: Síntese*. Belo Horizonte, v. 28, n. 90. p. 17-36, 2001. Disponível em: <http://www.faje.edu.br>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MAGALU abre programa de trainee exclusivo para pessoas negras. **Catraca Livre**. Disponível em: <https://catracalivre.com.br> Acesso em: 09 de ago, de 2021.

MARQUES, Angela. As relações entre ética, moral e comunicação. **LOGOS**, 31, v. 17, Rio de Janeiro, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NATURA é reconhecida internacionalmente como empresa melhor para o mundo. **Natura**.

Disponível em:

<https://www.natura.com.br/blog/sustentabilidade/natura-e-reconhecida-internacionalmente-com-o-empresa-melhor-para-o-mundo>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

PERUZZO, Círcia. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Luana dos Santos Protázio; MORAES, Mariana Giese de; GALVÃO, Priscilla. Coletivo RPretas: a comunicação como ferramenta para reconstruir e evidenciar narrativas negras. In XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã, 2019, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Coletivo-RPretas-a-comunica%C3%A7%C3%A3o-como-ferramenta-para-reconstruir-e-evidenciar-narrativas-negras-e-perif%C3%A9ricas.pdf> Acesso em 12.ago.2021.

SELLA, A. C. ; MÜLLER, M. C. . É possível a Ética do Discurso de Habermas para pessoas com deficiência?. *In: Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, p. 181-194, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação nas organizações: empresas privadas, instituições e setor público**. São Paulo: Summus, 2015.